

Anistia foi mesquinha, diz Ferro Costa

A anistia de 1979, concedida pelo governo do presidente João Figueiredo, foi a mais mesquinha da história do Brasil. A opinião é do candidato do PSB (Partido Socialista Brasileiro) do Distrito Federal à Câmara dos Deputados, Nélson Ferro Costa, militar cassado pelo regime instalado no País em 1964 e um dos responsáveis pela reabertura da questão da anistia no Governo da Nova República, que resultou em uma nova anistia para os que tinham sido marginalizados pela primeira lei. Ferro Costa critica duramente a decisão do presidente Figueiredo, dizendo que, simulando anistiar, ele (Figueiredo) estendeu o "largo manto do protecionismo sobre os que praticaram os mais abomináveis crimes contra presos".

— O ue incentivou você e seus companheiros cassados e reabriram a questão da anistia?

— O discurso político das forças que chegaram ao poder com a Nova República fixou-se com denodada freqüência, nestas duas últimas décadas, na surda invocação de cadáveres e em páginas tintas do sangue e do sofrimento de nossos irmãos cassados. Foi justamente esta amarga recordação que uniu multidões para lavar o seu repúdio àqueles atos de opressão e obscurantismo, tornando, finalmente, possível o advento de governos democráticos. Não podia, portanto, a Nova República, basicamente vinculada em termos de luta ao incessante documentário de sacrifícios escrito pelos cassados, retardar a promulgação de uma nova anistia que fosse ampla, geral e irrestrita.

— Quer dizer que a anistia de 1979 não foi ampla, geral e irrestrita?

— É sabido que a anistia de 1979 não reparou as injustiças sofridas pelos que ficaram marcados em razão das perseguições da ditadura. Negava-lhes a plena recuperação de direitos consagrados, a reintegração



Ferro: Figueiredo foi mesquinho

em seus antigos empregos e as promoções a que teriam direito, se não tivessem sofrido aquelas violências. A anistia de 1979 nada conteve de generosidade, em nada se aproxima do propósito de esquecimento político. Ao contrário, manteve a segregação entre os beneficiários da ditadura e os que — pela força do arbítrio — ficaram à margem de suas carreiras. Foi, sem dúvida, a anistia mais mesquinha da história do Brasil. Podemos até afirmar que, simulando anistiar, o governo do presidente João Figueiredo estendeu o largo manto do protecionismo sobre os que praticaram os mais abomináveis crimes contra presos inermes, nos cárceres políticos da repressão.

— Quais as estratégias que estavam sendo previstas para obtenção de uma nova anistia?

— Inicialmente pensava-se que o Governo tomasse a iniciativa, mas logo verificamos que não era essa a sua disposição. Procuramos por diversas vezes o então ministro da Justiça, Fernando Lyra, para entregarmos estudos detalhados sobre uma nova anistia, porque, de acordo com a Constituição vigente, a iniciativa de projetos de lei sobre esta matéria é da competência exclusiva do presidente da República, ouvido o

Conselho de Segurança Nacional. Fomos ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que criou uma comissão mista do partido para estudar o assunto. Na primeira reunião compareceram apenas um senador e dois deputados. Tudo não passava de uma grande ilusão.

— Como surgiu a idéia da Emenda Jorge Uequet?

— Frustradas as nossas expectativas, procurei o deputado Jorge Uequet para ver se aceitava apresentar uma emenda à convocação da Constituinte, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita, porque somente através de emenda constitucional é que poderíamos atingir nossos objetivos, uma vez que independia de iniciativa do Poder Executivo e de sanção presidencial. Imediatamente obtive o apoio do deputado. Começa aí uma das mais duras lutas dentro do Congresso Nacional em favor da democracia.

— O que diferencia a anistia de 1985 das demais ocorridas no Brasil?

— O que caracteriza uma anistia é o perdão ao vencido por iniciativa do vencedor, devolvendo-lhe parcial ou totalmente seus direitos. A singularidade de anistia de 1985 está no fato de ter sido uma conquista das vítimas; uma vitória que, embora limitada, significou um recuo do arbítrio e o fortalecimento das forças democráticas.

— O que significou para cada um de vocês essa vitória?

— Hoje, é certo que recebemos as nossas promoções e, em conseqüência, uma melhoria de vida. Todavia, a questão mais importante está na recuperação da cidadania, isto é, no reconhecimento de um direito legítimo diante de forças poderosas e refratárias a qualquer atitude de concórdia e pacificação. Importante deixar bem claro que alguns companheiros ainda não obtiveram soluções justas na aplicação dos benefícios da emenda aprovada.